



# ESTUDOS E PERSPECTIVAS DOS ECOSSISTEMAS NA COMUNICAÇÃO

## **Organizadores**

Gilson Vieira Monteiro

Maria Emilia de Oliveira Pereira Abbud

Mirna Feitoza Pereira





Terceira parte

# A comunicação radiofônica e a educação popular em um ambiente amazônico

Rosa Luciana Pereira Rodrigues<sup>1</sup>  
Manuel José Sena Dutra<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta é uma reflexão sobre a prática da comunicação radiofônica em processos de educação popular na Amazônia, especificamente no município de Santarém-PA, a partir das experiências da Rádio Emissora de Educação Rural. É uma pesquisa bibliográfica que toma como base teórica em educação popular as referências de Paulo Freire e Mario Káplun; aborda o rádio nas suas potencialidades; apresenta as experiências da emissora com base em documentos, trabalhos de conclusão de curso, cartilhas e cartas. Verifica-se a existência de aspectos da educação popular nas experiências com base na valorização da vida das pessoas, na problematização estimulando a criticidade, na promoção da cidadania e no estímulo ao diálogo nos ambientes amazônicos a partir da mídia rádio.

**Palavras-Chave:** Rádio. Educação popular. Ambiente amazônico.

## Introdução

A comunicação radiofônica se mostra atual no desenvolvimento de ações de educação popular na Amazônia. Este é o pressuposto básico da pesquisa em andamento, tendo como ambiente de observação a experiência acumulada da Rádio Emissora de Educação Rural, do município de Santarém, região Oeste do Estado do Pará.

A emissora, que foi ao ar no ano de 1964, começou sua atuação com as aulas radiofônicas do Movimento de Educação de Base – MEB, com metodologias específicas voltadas à educação popular. Hoje, outro projeto é desenvolvido – o Rádio pela Educação – que, com metodologias diferenciadas, também indica esse aspecto educacional junto aos agentes envolvidos.

A reflexão parte de uma abordagem geral sobre o ambiente amazônico, passa pela apresentação do rádio como meio de experiências relevantes

<sup>1</sup>Jornalista, mestranda do PPGCOM/UFPA; e-mail: rosalu29@gmail.com.

<sup>2</sup>Professor do PPGCOM, Doutor em Ciências Sócio-Ambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Naea – da Universidade Federal do Pará; jornalista, professor do curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFPA; coordenador do Curso de Especialização em Jornalismo Científico da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa; e-mail: dutra.manuel@gmail.com.

de educação popular, aponta alguns aspectos importantes dessa forma de educação – com base em Paulo Freire e Mario Kaplún – e reflete sobre a educação popular nas experiências da Rádio Rural de Santarém.

## Localizando a reflexão

Num primeiro momento, é importante destacar que a região do Baixo Amazonas paraense, onde se encontra o município de Santarém, é um espaço amazônico e, por isso, não foge a uma contextualização ampla na qual se podem identificar os aspectos que, frequentemente, estão presentes na visão sobre a Amazônia.

Quando se fala ou se ouve falar em Amazônia, a imagem recorrente é a de uma imensa área verde com os seus mais de 7 milhões de km<sup>2</sup> com os gigantescos rios, com as riquezas naturais e com as populações tradicionais formadas, principalmente, por indígenas e caboclos.

Esta perspectiva foi se consolidando e dando forma ao consenso construído sobre a região amazônica. E o que, então, pode ser considerada Amazônia? A pretensão aqui não é fazer uma exaustiva descrição da região, mas dar algumas indicações de aspectos relevantes que devem ser considerados quando se remeter aos espaços amazônicos.

Um aspecto primeiro a ser destacado é a sua pluralidade, que não corresponde com a visão externa do que seja a região. “Para os de fora, a imagem que se tem da Amazônia é mais homogênea [...]. Para os habitantes da própria região, a ‘Amazônia’ é um termo vago, que adquire múltiplos significados [...]” (GONÇALVES, 2010, p. 18).

Há várias “amazônias” com realidades diversas que não cabem em uma visão única do que seja a região, como o que se convencionou a partir dos discursos históricos. Há a Amazônia dos rios, a Amazônia das estradas, a Amazônia das pequenas cidades e a Amazônia dos centros urbanos.

E assim como há diversas “amazônias” no âmbito geográfico, também existem grandes diversidades em suas populações. São os povos indígenas, os quilombolas, os caboclos, assim como os imigrantes de outras regiões do país e seus descendentes. Então, da mesma forma como variadas são essas populações, também variadas são as formas culturais que as envolvem em movimentos de identificação que se põem num contraponto ao movimento de identidade voltado, principalmente, ao que Castro (2010, p. 3) indica como “a mística de uma coerência regional”.

Olhando o quadro do Baixo Amazonas paraense, verifica-se a presença desses aspectos levantados, principalmente, quando se considera a formação populacional. Essa mesorregião do Estado do Pará envolve 12 municí-

pios com população de quase 640 mil habitantes, dos quais 27,98% estão nas zonas rurais. São populações que envolvem comunidades ribeirinhas, de planalto, realidades urbanas, povos remanescentes de quilombo, comunidades indígenas, imigrantes e seus descendentes. Um universo cultural que aponta essa grande diversidade a ser considerada quando se trata de Amazônia.

O principal pólo dessa mesorregião é o município de Santarém, situado na confluência entre os dois principais rios da região, o Amazonas e o Tapajós. O município tem uma população de 294 mil e 580 habitantes. Com uma área de quase 23 mil quilômetros quadrados, Santarém tem um grande número de comunidades rurais, muitas ficando bem distantes da sede urbana. Há locais em que para se chegar é preciso viajar mais de doze horas de barco.<sup>3</sup>

As comunidades rurais estão localizadas em áreas de terra firme, de várzea e de planalto. As duas primeiras com acesso pelos rios da região, sendo que a segunda tem uma peculiaridade pelo impacto da cheia dos rios durante seis meses do ano. Quanto às áreas de planalto, o acesso se dá por meio de estradas que, em muitos casos, não apresentam condições favoráveis para a trafegabilidade dos veículos. Comunidades estas que vivem realidades diversas, apontando para uma multiplicidade de experiências, tradições e manifestações populares nas quais a comunicação radiofônica se configura num aspecto recorrente das práticas de relações sociais.

## O rádio e a educação popular

A América Latina, ao longo da segunda metade do século passado, foi espaço de inúmeras experiências relacionadas a processos de educação popular por meio do rádio. Experiências que disseminaram modos diferenciadores de relação entre produtores e ouvintes.

Dois nomes despontam como referência quando se busca entender o uso do rádio em processos de educação popular. São eles o educador Mário Kaplún que compartilhou várias experiências com o uso desse veículo de comunicação relacionado à educação, e o educador Paulo Freire, referência de uma nova perspectiva educacional que valoriza o sujeito em processo contínuo de construção do saber compartilhado. Ambos tomaram a comunicação como ponto de partida na promoção de uma educação gerativa e libertadora que dá espaço à expressão dos sujeitos envolvidos.

A comunicação radiofônica se apresenta como possibilidade real para desenvolvimento de experiências em regiões como as da Amazônia. Segundo Bucci (2004), por sermos uma sociedade da imagem, a TV é que tomou o lugar central do público, mas há a novidade do rádio que se consolida em

<sup>3</sup> Meio de transporte comum nas comunidades ribeirinhas da Amazônia.

lugar privilegiado diante do atual contexto eletrônico. Entre os motivos disso está a grande riqueza das possibilidades de sua manifestação: pode estar no espaço digital da internet, nas chamadas webrádios, ou mesmo nas experiências populares com a instalação de alto-falantes em postes para a propagação de variadas programações.

O custo é outro fator que também pode ser levado em consideração, afinal comprar um rádio receptor é bem mais barato que comprar uma TV ou um computador com acesso à internet. Nesse ponto há uma consistente justificativa para sua maior popularidade.

Esse é o meio que chega a todos os lugares, principalmente em ambientes como os da Amazônia, onde em muitas localidades não há nem energia elétrica. O rádio faz parte da realidade das populações e, mesmo que não haja o aparelho receptor em todas as casas, a comunicação radiofônica gera um compartilhamento de informações.

[...] sempre que importante (como no caso dos “recados” transmitidos pelas emissoras), os vizinhos comunicavam-se uns com os outros para repassar uma determinada informação. Em Santarém, por exemplo, as emissoras avisam os moradores de certas localidades sobre o horário e dias de reuniões, a chegada de parentes no município e o horário de saída dos barcos (COSTA, 2006, p. 228).

E ainda tem a linguagem acessível, popular, que pode ser compreendida por todas as pessoas, independentemente do grau de instrução. Esses aspectos potencializam a importância das experiências de educação popular pelo rádio que foram e são desenvolvidas em Santarém.

#### - O aspecto popular da educação

O educador Paulo Freire (1985) aponta a perspectiva do ato de pensar como uma relação entre um sujeito que vai pensar um objeto que é pensado, outro sujeito que exerce a co-participação do pensamento e da comunicação existente entre ambos nesse processo. “Essa co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação” (FREIRE, 1985, p. 45), numa perspectiva de liberdade dos sujeitos envolvidos.

A educação popular, para este educador, está relacionada diretamente à prática da liberdade:

A educação libertadora não pode ser a que busca libertar os educandos de quadros-negros para oferecer-lhes projetores. Pelo contrário, é a que se propõe, como prática social, a contribuir para a libertação das classes dominadas.

Por isso mesmo, é uma educação política [...] (FREIRE, 1981, p. 89).

E por conta disto não apresenta um processo de transferência de saber ou de cultura. Identificar a educação como uma prática da liberdade, é reconhecer que o conhecimento é construído num espaço em que educador e educando são sujeitos no processo educacional. Vai de encontro à “visão bancária” da educação na qual “o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber (FREIRE, 1987). Contrária a esta visão, é colocada a educação problematizadora. Esta, “de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade [...] busca a *imersão* das consciências, de que resulte sua *inserção crítica* na realidade” (FREIRE, 1987, p. 40), negando uma educação desligada do mundo, mas sim, baseada nas práticas sociais e culturais das pessoas.

A proposta de Educação Popular elaborada por Paulo Freire decorre da conjuntura política dos anos sessenta na América Latina, a qual, sob o populismo, forjou, em nome do desenvolvimento, uma especificidade de procedimentos educacionais que condicionaram a sociedade em geral, e os trabalhadores em particular, à manutenção de sua lógica e tutela – desenvolvimentismo nacional e legitimação da estrutura de poder por uma forte base social (JÚNIOR; TORRES, 2009, p. 24).

Foi, portanto, uma proposta de educação popular voltada para as necessidades do povo, dos trabalhadores, das populações latino-americanas vislumbradas pelo educador e não uma educação popular massificadora<sup>4</sup>. Com base nessa perspectiva, Brandão (1986 apud JÚNIOR; TORRES, 2009, p. 26) conceitua a educação popular como “a prática pedagógica que participa por meio de diversas situações e instrumentos do processo de um saber orgânico de classes populares”, levando-as a conhecer sua própria história e, inclusive, mudando a realidade em que vive.

E esse movimento se dá em meio a um processo permanente, no qual, segundo Kaplún, deve ser a ênfase da educação.

<sup>4</sup> É importante frisar que o primeiro conceito de educação popular no Brasil empregado pelas elites estava relacionado a instruções elementares de ler, escrever e contar. “Era a alfabetização destinada aos pobres” (RODRIGUES, 2008, p. 31). O principal agente de programas de alfabetização de adultos foi o Estado brasileiro. “Utilizando a máscara da universalização da Educação para as camadas populares, tais campanhas trabalharam com mínimos pedagógicos (FIGUEIREDO, 2009, p. 68), numa visão utilitária de educação. Com a organização dos movimentos populares, houve a alteração do conceito, voltando-se mais à ação transformadora da realidade social, tendo grande influência das práticas de educação de base e do Método Paulo Freire.

Es ver a la educación como um proceso permanente, em que El sujeto va descubriendo, elaborando, reinventando, haciendo suyo El conocimiento. Um proceso de acción-reflexión-acción que El hace desde su realidad, desde su experiencia, desde su práctica social, junto con los demás [...]. Se trata así mismo de uma educación problematizadora, que busca ayudar a la persona o desmitificar su realidad, tanto física como social (KAPLÚN, 1998, p. 50).

A partir dessas reflexões sobre educação popular, seria possível uma articulação dessa perspectiva com o que se chama de educação formal oferecida pelo Estado, que é visto como órgão que legitima a dominação? Com base em Júnior e Torres (2009), a dialogicidade freiriana possibilita essa interação.

Desde que o ensino (conteúdo e metodologia), a produção de conhecimento e a gestão das escolas e universidades reforcem a causa da luta política das classes populares e contribuam para desvelar a ideologia opressora, historicamente disseminada nesses espaços, é possível vivenciar a concepção de Educação Popular no espaço da escola pública. Deve haver uma troca fecunda de saberes, do popular com o científico (JÚNIOR; TORRES, 2009, p. 42).

Os autores ainda reforçam que “a produção e a reprodução de conhecimento devem se pautar pela lógica de valorização do ser humano e não dos interesses do mercado, do capital” (JÚNIOR; TORRES, 2009). Isso significa, portanto, que educação, independente de ser caracterizada como popular ou como formal, deve ter como ponto de partida o sujeito e como fundamento o diálogo.

Segundo Freire (1987, p. 44), “o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”, sendo uma “existência existencial”, promovendo uma educação autêntica.

A educação autêntica, repitamos, não se faz de “A” para “B” ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com “B”, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele (FREIRE, 1987, p. 48).

## O rádio como espaço de educação popular

Como são inúmeras e diversificadas as experiências de educação popular pelo rádio, neste tópico do trabalho, evidenciam-se duas vertentes de uso



desse meio como espaço dessa perspectiva educacional. Num primeiro momento são apresentadas algumas experiências identificadas por Mário Kaplún e depois as aulas radiofônicas do Movimento de Educação de Base – MEB.

#### - Experiências em Kaplún

Mário Kaplún aponta a realização de experiências marcantes na América Latina com o uso do rádio em processos de educação popular. No seu livro *Comunicación entre grupos: El Método Del Cassette-Foro* (1984), num tópico chamado de *Radio y Participación*, o autor enumera algumas experiências que deram novas perspectivas para o uso do rádio e para a posição dos ouvintes que puderam “transformarse de receptor en alimentador; y convirtiéndose así ella misma, de medio de difusión en medio de auténtica comunicación [...] tipo de radio que no sea sólo para los oyentes, sino también con y de los oyentes” (KAPLÚN, 1984, p. 93).

Uma das experiências que ele cita é a das escolas radiofônicas da Rádio Mensaje, em Tabacundo (no Equador). A emissora distribuiu gravadores aos participantes das escolas para que gravassem o que quisessem e enviassem à produção para que o conteúdo fosse levado ao ar em um programa especial de meia hora toda semana.

Se trataba, pues, de un programa de radio alimentado por los grupos de base. Debe reconocérsele a esta emisora ecuatoriana el mérito de haber sido acaso la precursora en el uso del grabador de cassette como medio de emisión y ya no sólo de reproducción; la primera en vislumbrar, a comienzos de la década del 1970, las posibilidades que el pequeño aparato abre a la participación (KAPLÚN, 1984, p. 94).

Com essa iniciativa, segundo o autor, a emissora conseguiu imprimir uma “segunda cara” ao veículo, que de um meio unilateral passou a ter duas vias por conta da abertura para divulgar as informações que surgiam nas comunidades de base envolvidas nas escolas radiofônicas e, também, as expressões culturais que os camponeses também gravavam.

Outra experiência destacada foi a desenvolvida pelo peruano Fernando Panizzo que trabalhando no Chile em discussões sobre a reforma agrária foi desafiado a fazer um programa de rádio sobre o assunto. Mesmo sem ter conhecimentos técnicos da área da comunicação, inovou com a prática radiofônica. Ele colocou um gravador portátil em um jeep, um equipamento de alta tecnologia na época – início dos anos 70 –, e saiu pelas comunidades rurais chilenas gravando o que podia das conversas dos camponeses.

se acercaba a un grupo que estuviera conversando, se daba a conocer, trataba de establecer una relación de confianza y, si el ambiente era propicio, pedía permiso para poner a funcionar el grabador. Si los contertulios consentían, él colocaba en medio de ellos el pequeño aparato y lo dejaba correr para que grabara la conversación. Panizzo no intervenía en ella para nada; permanecía en silencio (KAPLÚN, 1984, p. 95-96).

De tudo o que gravava, Panizzo selecionava algumas partes para serem veiculadas no seu programa de rádio como forma de devolver ao povo suas próprias ideias e suas palavras.

Kaplún também fala sobre o método desenvolvido por ele próprio – o cassete-foreo, o qual começava com um programa de rádio levado ao ar por uma emissora. Os grupos a quem o programa era direcionado ouviam as discussões e conversavam a partir delas, sendo que tudo era gravado. Depois as gravações eram enviadas à emissora, retiravam-se as principais conclusões e colocava-se no ar o resultado das conversas dos grupos, criando um fórum de discussão (KAPLÚN, 1984, p. 106).

#### -As aulas radiofônicas do MEB

Com a ação da Igreja Católica no Brasil, na década de 1950, começou-se a gestar uma iniciativa mais sistematizada que pudesse efetivar um projeto educativo pelo rádio. Debates nesse sentido idealizaram o Movimento de Educação de Base – MEB – no Primeiro Seminário de Educação de Base realizado no segundo semestre de 1960, em Aracaju, organizado pela Rede Nacional de Emissoras Católicas – Renec.

A proposta inicial era atender à população adulta do Nordeste por meio das escolas radiofônicas. A instrução era o principal objetivo, considerando que

Os programas instrutivos merecem maior destaque na área de produção radiofônica do MEB, mesmo investindo, também, na programação cultural e informativa, tendo menor destaque os meramente recreativos. Ao rádio cabe cerca de 40% do trabalho, ficando os restantes 60% à atuação direta desenvolvida com as comunidades (MEB, 1982, apud BLOIS, 2004, 154).

No início do programa do MEB no Brasil, em 1961, eram dez emissoras que atuavam no Sistema Rádio-Educativo. No ano de 1965 já eram vinte e nove. Quanto ao número de alunos que concluíram as etapas das aulas

radiofônicas, em 1961 foram 38 mil 734 e em 1965 foram 61 mil 409 (B. COSTA et al, 1986, p. 124).

De acordo com Filho (2010), a atuação do Movimento de Educação de Base foi uma contribuição importante para o uso do rádio como recurso didático e pedagógico por conta da valorização do potencial comunicativo desse meio.

A importância do rádio no trabalho do MEB incorporou o potencial comunicativo desse instrumento, quando o tornou não apenas um transmissor de sons e vozes, mas lhe deu um novo significado, no qual a própria voz humana recontextualizada assume explicitamente um papel educativo (FILHO, 2010, p. 20).

O autor diz ainda que o uso do rádio em atividades ligadas à educação indica a “valorização da expressividade e do caráter da voz humana” (FILHO, 2010, p. 20). E no caso do MEB, em especial, voltou-se para a abertura desse espaço de valorização na área da educação popular.

O MEB tem como instrumento pedagógico básico o rádio, que possibilitou [...] o uso das suas técnicas de comunicação, consideradas avançadas para a época, numa perspectiva de fazer Educação a distância, mas também a sua interação com as atividades locais, dentro das salas de aula e nas comunidades (FILHO, 2010, p. 23).

E a partir dessa interação, trabalhou a alfabetização além da decodificação dos códigos linguísticos, valorizando, também, a realidade dos alunos envolvidos e as suas necessidades.

## **A educação popular nas experiências da rádio rural de Santarém**

A história do rádio em Santarém já tem mais de seis décadas, e ao longo desse período muitas experiências foram desenvolvidas tendo a comunicação radiofônica como recurso educacional, como espaço de manifestações culturais, de mobilizações políticas, de entretenimento e, até mesmo, de envio de mensagens pessoais quando o contato telefônico era uma inovação tecnológica distante da realidade da grande maioria das pessoas dessa região. Pode-se afirmar ainda hoje que experiências como essas são identificadas nas práticas radiofônicas locais, tornando o rádio um elemento de grande importância na articulação dos ecossistemas comunicativos em regiões da Amazônia.

O início do rádio em Santarém, ocorrido em 1948 com o surgimento da Rádio Clube,<sup>5</sup> foi antecedido pelos serviços de alto-falantes que já faziam uso de fundamentos da comunicação radiofônica para fins publicitários, registros sociais e para o oferecimento de músicas. E foi desses serviços que surgiram muitos dos locutores que atuaram na primeira emissora de rádio santarena.

Assim como em toda Amazônia, em Santarém

o surgimento do rádio representou benefícios bem maiores que se possa imaginar. Além de reduzir as distâncias, tirou a região do isolamento em relação ao resto do país. Enquanto para outros centros o rádio funcionava como diversão, informação e entretenimento, na Amazônia também era um serviço social para fazer o intercâmbio entre os seus habitantes (FERREIRA, s/d, apud CUNHA et al, 2009, p. 19).

Outro marco importante na história do rádio no município, a partir do qual se dá o foco desta reflexão, foi a criação da Rádio Emissora de Educação Rural, em 1964, que iniciou com o propósito de participar do processo educacional no interior da Amazônia a partir da alfabetização de jovens e adultos por meio das aulas radiofônicas do Movimento de Educação de Base – MEB.

-Aulas do MEB pela Rádio Rural de Santarém

Conhecida no início de sua atuação como *Rádio Educadora*, com as aulas radiofônicas do Movimento de Educação de Base – MEB, a Rádio Rural participou diretamente do processo de alfabetização de milhares de pessoas da região que moravam em comunidades rurais distantes do centro urbano e que não tinham acesso a escolas.

A expansão da iniciativa no Nordeste e as referências das escolas radiofônicas que funcionavam em outras experiências na América Latina chamaram atenção de bispos de outras regiões do país. Um deles foi Dom Tiago Ryan, de Santarém, no Estado do Pará, que visando à execução das ações do movimento na região criou a Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda. Fundada em 31 de maio de 1960 e inaugurada em 5 de julho de 1964, a emissora teve entre seus objetivos o de instalar escolas radiofônicas “para alfabetizar, educar, elevando o nível cultural do povo, inclusive difundir programas de caráter oficial, especialmente dos Ministérios de Educação e Cultura, da Agricultura” (RÁDIO RURAL, 2001, p. 1).

---

<sup>5</sup> A Rádio Clube de Santarém foi criada vinte anos após o surgimento da primeira rádio paraense – Rádio Clube do Pará, fundada em Belém em 1928.

Considerando o alto índice de analfabetismo na região,<sup>6</sup> a emissora foi criada com o propósito de atender, principalmente, a população rural. A programação das aulas radiofônicas começou em 1965 com o funcionamento de trinta e duas escolas.

Uma das principais contribuições das aulas radiofônicas do MEB, de acordo com o histórico da Rádio Rural, foi o fato de a educação passar a ser uma necessidade reconhecida pelos moradores das comunidades rurais que, a partir de então, buscavam a escolaridade nos níveis posteriores à alfabetização.

De acordo com Silva e Locatelli, em Santarém

O trabalho educativo iniciado pelo MEB não demorou a surtir efeitos, pois além das aulas que eram repassadas através do rádio, várias visitas às comunidades passaram a ser realizadas, tornando não só as aulas radiofônicas, mas toda a programação muito popular (SILVA; LOCATELLI, 1997, p. 36).

Os demais programas radiofônicos da emissora também privilegiavam uma comunicação voltada às comunidades do campo, como o programa “Desperta Amazônia”, que dava informações sobre agricultura e abria espaços para recados; e o “Correspondente Rural”, específico para os recados a comunidades rurais e cidades vizinhas.

Quanto à atuação do MEB em Santarém no período da ditadura militar, inicialmente havia uma relação menos conflituosa que a registrada em outras regiões do país. “Só mais tarde, a partir de 1969 é que começaram as advertências [...] fazendo ameaças e exigindo que não se utilizasse mais o mesmo tipo de material, as cartilhas de alfabetização e um jornalzinho” (SILVA; LOCATELLI, 1997, p. 38). A contrariedade se fundamentava no fato de esses materiais, que vinham de outros centros do país, incentivarem a organização comunitária com vistas à luta pelos direitos humanos.

Por conta disso a atuação do MEB foi dividida em dois momentos: um primeiro que tinha como meta a formação da consciência crítica dos envolvidos, e um segundo mais voltada às reflexões sobre a ajuda mútua, sem tomar como referência a palavra conscientização que, depois de ser proibida pelas forças governantes da época, acabou sendo substituída por evangelização.

Inspirada no método Paulo Freire, a metodologia do MEB apontava como objetivo “alfabetizar através de palavras chaves do universo vocabular do

<sup>6</sup>De acordo com registro no Anuário da Diocese de Santarém de 1978, na primeira metade da década de 60 “a taxa de analfabetismo era superior a 50% da população” (MEB, 1998, p. 56).

homem do campo, que contenha tanto o teor pragmático para fundamentar as discussões, quanto os fonemas necessários ao ensino da leitura” (GABLER et al., 1996, s.p). Os monitores recebiam uma cartilha com as orientações e com os passos que deveriam ser dados no processo da alfabetização.

Em uma cartilha do MEB, chamada de cartilha “O Ribeirinho”, do ano de 1984, identificou-se algumas das palavras chaves usadas: mata, pote, canoa, tucunaré, juta, farinha, comunidade, a partir das quais se trabalhava os fonemas e se motivava o conhecimento das letras e a formação de outras palavras. Essa foi uma cartilha produzida depois de alguns anos de atuação, buscando contextualizar o processo de alfabetização com palavras que fizessem parte do dia-a-dia das pessoas.

As aulas radiofônicas iam ao ar das 19h00 às 20h40, depois da Voz do Brasil, de segunda a sexta-feira. Houve a experiência de aulas para crianças no período da manhã que foi extinta em pouco tempo. O MEB também apresentava aos finais de semana dois programas de caráter popular: um no sábado à noite, e outro no domingo pela manhã:

No sábado, ‘Nossa Terra, Nossa Gente’, com assuntos culturais e apresentação de shows musicais com grupos que vinham das comunidades; e no Domingo ‘Uma Hora Para Todos’, que relatava atividades comunitárias, oferecia músicas, orientações, avisos, convites, e tratava um tema específico de interesse das comunidades (RÁDIO RURAL, 2001, p. 4).

Posteriormente, outro programa foi criado pelo MEB, ‘Nossa voz é nossa vida’, “caracterizado por ser um espaço aberto para participação informativa e educativa das entidades do movimento popular e sindical da Região” (MEB, 1998, p. 58), indo ao ar de segunda a sexta-feira à noite. Depois que o MEB encerrou as atividades em Santarém, este último programa continuou no ar sob a responsabilidade de um setor da Diocese chamado de Pastoral Social, o que permanece até os dias atuais.

A fase das aulas pelo rádio perdurou até meados da década de 1980, quando o MEB fechou as escolas radiofônicas, entre outros motivos, pela falta de recursos financeiros que pudessem gerir as ações. A atuação do MEB se estendeu até 1998 com atividades mais voltadas à comunicação popular, à assessoria de grupos e movimentos populares e à formação de alfabetizados a partir de parcerias com as entidades populares.

-Projeto Rádio pela educação

Depois do fim do MEB em Santarém, a Rádio Rural continuou a ação voltada à comunicação popular por meio de alguns programas da grade, mas

não executava projetos específicos voltados aos processos educacionais desde o fim das escolas radiofônicas em meados da década de 1980. Ao final dos anos 90, começou a ser gestada uma nova iniciativa da emissora que receberia o nome de Projeto Rádio pela Educação (PRPE). A proposta era retomar os fundamentos primeiros da Rádio Rural com ações voltadas à educação no interior da Amazônia.

Inspirado na iniciativa anterior, o novo projeto – que continua em execução até os dias atuais – trouxe reformulação da proposta desenvolvida com as aulas radiofônicas. Entre as diferenças principais estavam o fato de a primeira iniciativa ser voltada para o processo de alfabetização de jovens e adultos, enquanto a segunda trazia o propósito de envolver crianças e adolescentes do ensino fundamental depois do processo de alfabetização. O formato do programa de rádio também se apresentou desde o início como diferencial. Diferente da atuação do MEB, o PRPE não apresentou e nem apresenta aulas radiofônicas. Sua mobilização principal é desenvolvida desde o início a partir de um programa educativo denominado ‘Para Ouvir e Aprender’, o qual professores e alunos acompanham nas escolas com base nas orientações passadas por meio do Guia Pedagógico – cartilha entregue aos educadores.

De acordo com o Guia Pedagógico Volume 8 (2008, p. 164), o “Rádio pela Educação nasceu da ideia de utilizar o rádio como um recurso pedagógico multi, trans e interdisciplinar na sala de aula” envolvendo professores e alunos de turmas regulares e de turmas multisseriadas.<sup>7</sup>

Ao longo dos anos, e pela necessidade de adaptações das atividades, outras ações foram incorporadas às iniciais. A mais recente que vem sendo desenvolvida desde o ano de 2008 é o ‘Rádio nas Escolas’ – ação que incentiva a instalação de rádios internas nas escolas de ensino fundamental. A partir daí, além de envolver os alunos do ensino básico, do 2. ao 5. ano (1. a 4. séries) com o programa de rádio *Para Ouvir e Aprender*, também começou a envolver alunos do 6. ao 9. ano (5. a 8. séries) com a ação do *Rádio nas Escolas*.

Os números atuais do Rádio pela Educação, com base no relatório de 2011, apontam que o PRPE envolve seis mil e 76 alunos e 331 professores de 72 escolas da Rede Municipal apenas no município de Santarém, sendo sete unidades escolares situadas na zona urbana e as demais na zona rural. Esses alunos e professores fazem parte do nível escolar do 2. ao 9. ano (1. a 8. série) e participam das atividades com as duas principais ações.

<sup>7</sup> A realidade da Amazônia apresenta muitas turmas do ensino básico com formatação multisseriadas, ou seja, em uma mesma sala de aula estudam alunos de várias séries (em geral, de 1. a 4.), principalmente em pequenas escolas de comunidades da zona rural. Um único professor trabalha, ao mesmo tempo, com todos os alunos que estão em etapas diferentes do ensino.

As novas reformulações feitas na iniciativa, conseqüentemente, refletiram nos objetivos que são:

- Despertar a consciência crítica das crianças e dos adolescentes na busca da valorização de seus direitos;
- Incentivar a leitura, a escrita e o desenvolvimento da expressão oral de professores e alunos;
- Garantir o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens na produção de programas radiofônicos nas rádios internas que estão sendo implantadas em escolas.
- Estimular a interação com a comunidade.<sup>8</sup>

Assuntos diversos são discutidos nos programas de rádio: questões ambientais, de gênero, direitos das crianças e dos adolescentes, saúde, projetos educacionais desenvolvidos nas escolas, entre outros temas que motivam na sala de aula espaços de reflexões sobre cidadania. Além disso, professores, alunos, pais e lideranças comunitárias também encontram espaços para se expressar, falar de suas realidades, seus desafios, suas necessidades, como está registrado nesta carta:

[...] gostaria de pedir para autoridades da prefeitura que colocem as telas na minha escola pois não tem. A nossa escola é nova **mas falta concluir as varas de hastear as bandeiras** [...] os armários nunca chegaram. Mando um abraço ao diretor Delson e aproveito e peço pra ele vim visitar a nossa escola porque este ano de 2011 não veio ninguém visitar a escola [...].<sup>9</sup>

Então, o programa se constitui em um espaço de expressão popular, expressão da comunidade, o que justifica o envolvimento direto dos comunitários para que as crianças possam ouvir o Para Ouvir e Aprender. Esse envolvimento dos membros das comunidades para a realização da atividade nas escolas também é um dado interessante. De acordo com registros de professores, em algumas escolas não há equipamentos e só se pode ouvir o programa com o apoio dos comunitários.

Carta 1 – enviada pela professora Aurenice Santos, de Solimões-Rio Tapajós:

<sup>8</sup> Informações extraídas do Blog do Projeto Rádio pela Educação – <http://radiopelaeducacao.wordpress.com>. Acesso em 12 de janeiro de 2012.

<sup>9</sup> A carta citada foi divulgada no quadro Correio do Aluno do Programa Para Ouvir e Aprender no dia 8 de agosto de 2011.



Apesar de não termos rádio, não fez com que deixássemos de escutar o programa pois, ainda temos parceiros maravilhosos que nos doam o rádio como: seu Francisco, seu Joaquim e seu Jonas, para sabermos as novidades do dia (GUIA PEDAGÓGICO, 2011, p. 10).

Carta 2 – enviada pelo professor Marcos Lopes, de Carão:

Para que possamos escutar o programa Ouvir e Aprender, contamos com o rádio do comunitário Laurimar Amorim, um amigo da escola (GUIA PEDAGÓGICO, 2011, p. 95).

Os elementos referenciados apontam o caráter popular dos processos educativos propostos pelo Rádio pela Educação, considerando que a educação popular pode ser entendida como o processo de formação cidadã das pessoas, animando-as a conhecer e a reconhecer sua comunidade, seus direitos e a importância da comunicação como referência dialógica nas relações sociais.

As ações do PRPE estão ligadas às perspectivas da educomunicação, apontada por Soares como:

O conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem. Em outras palavras, a educomunicação trabalha a partir do conceito de gestão comunicativa (SOARES, 2002, apud SARTORI, 2010, p. 45-46).

O termo ecossistema comunicativo é difundido por Martín-Barbero numa relação direta com as novas tecnologias, evidenciando as novas formas de relação das pessoas com essas tecnologias “desde o cartão que substitui ou dá acesso ao dinheiro, até as grandes avenidas da Internet” (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 125). Mas a referência dada por Soares vai numa perspectiva mais ampliada. Para este autor, ecossistema comunicativo é entendido como “a organização do ambiente, a disponibilidade dos recursos, o *modus faciendi* dos sujeitos envolvidos e o conjunto das ações que caracterizam determinado tipo de ação comunicacional” (SOARES, 2002, apud SARTORI, 2010, p. 46).

A importância do ecossistema comunicativo é apontada considerando a relação que acontece entre os sujeitos de uma comunidade com os aspectos sociais, culturais, econômicos, além das tecnologias de informação e comuni-

cação que envolvem um determinado território. Está relacionado a uma “trama de configurações constituída pelo conjunto de linguagens, representações e narrativas que penetra na vida cotidiana de modo transversal” (SARTORI; SOARES, 2002, p. 5).

### Algumas considerações

A educação deve ter como ponto de partida o sujeito e como fundamento o diálogo, este entendido em uma relação direta com a comunicação. Isso, independente de a educação ser caracterizada como popular ou como formal. Deve ser uma educação problematizadora, “de caráter autenticamente reflexivo, [que] implica num constante ato de desvelamento da realidade [...] busca a *emersão* das consciências, de que resulte sua *inserção crítica* na realidade” (FREIRE, 1987, p. 40).

São aspectos que negam uma educação desligada do mundo, desligada da vida das pessoas, e que estimulam a formação cidadã de crianças, de adolescentes, de professores, pais e comunitários que se reconhecem participantes de um processo social e reconhecidos pelo espaço de expressão que o rádio oferece.

A comunicação radiofônica se mostra atual e pertinente no desenvolvimento de processos educativos que primem pela valorização da expressão popular na Amazônia. Assim como fez na primeira experiência com as aulas radiofônicas do MEB, a Rádio Rural de Santarém proporciona espaço de educação popular por meio do Projeto Rádio pela Educação que, mesmo estando ligado à escola – lugar da educação formal – tem um direcionamento específico das suas ações, estimulando cidadania e o diálogo nos ambientes amazônicos a partir dos ecossistemas comunicativos criados. Esta formação requer uma gestão comunicacional que compreenda “a organização do ambiente, a disponibilidade dos recursos, o *modus faciendi* dos sujeitos envolvidos e o conjunto das ações que caracterizam determinado tipo de educação comunicacional” (SARTORI e SOARES, 2002, p. 6).

### Referências

B. COSTA, Maria Aída; JACCOUD, Vera; COSTA, Beatriz. *MEB: uma história de muitos* – Cadernos de Educação Popular 10. Petrópolis: Vozes, 1986.

BLOIS, Marlene M. Rádio Educativo: uma escola de vida e de cidadania. In: *Rádio Sintonia do Futuro*. André Barbosa, Angelo Pivesan e Rosana Beneton (Orgs). São Paulo: Paulinas, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 3 de julho de 2011.

BUCCI, Eugênio. Os sentidos do Rádio. In: BARBOSA FILHO, André; PIOVESAN, Angelo; BENETON, Rosana (Orgs.). *Rádio: sintonia do futuro*. São Paulo: Paulinas, 2004.

CASTRO, Fábio Fonseca de. *Desconstruções identitárias na Amazônia brasileira*. Belém: 2010, Mimeo.

COSTA, Luciana Miranda. *Comunicação e Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia*. Belém: UFPA; NAEA, 2006.

CUNHA, Ambelino M. A.; RODRIGUES, Manoel E.; SANTOS, Oti S. *Os sessenta anos de rádio em Santarém: a sua trajetória e seus personagens*. Trabalho Acadêmico Orientado de conclusão do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Santarém-PA: Instituto Esperança de Ensino Superior, 2009.

DUTRA, Manuel Sena. *A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta*. São Paulo: Annablume, 2009.

FIGUEIREDO, Daniel Augusto. História da Educação Popular: uma leitura crítica. In: ASSUMPÇÃO, Raiane (Org.). *Educação Popular na perspectiva freireiana*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

FILHO, José Peixoto. O Rádio e a Educação: a experiência do ME e as contribuições para a Educação popular. In: PRETTO, Nelson de Luca, TOSTA, Sandra Pereira (Orgs.). *Do MEB à WEB: o rádio na educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1981. Acervo digital da Biblioteca Central da UFPB.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou Comunicação?* 8. ed (trad. Darcy de Oliveira). São Paulo: Paz na Terra, 1985. Acervo digital da Biblioteca Central da UFPB.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1987.

GABLER, Aurenice de Araújo; ALMEIDA, Francisco Edson Gomes de; MAGALHÃES FILHO, Lauro Nunes. *MEB – vinte anos em Santarém: suas contribuições na emancipação do homem*. Santarém: [S.n.], 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GUIA PEDAGÓGICO DO PROFESSOR. Vol. 08/Projeto Rádio pela Educação/ Programa Para Ouvir e Aprender. Santarém: Tiagão, 2008.

\_\_\_\_\_. Vol. 09/Projeto Rádio pela Educação/ Programa Para Ouvir e Aprender. Santarém: Tiagão, 2011.

JÚNIOR, Israel P.; TORRES, Michelangelo M. Atualidade do pensamento de Paulo Freire na educação popular. In: ASSUMPÇÃO, Raiane (Org.). *Educação Popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

KAPLÚN, Mario. *Comunicación entre grupos: El Método Del Cassette-Foro*. Bogotá: CIID, 1984. Disponível em: <<http://idl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/6371/1/57403.pdf>>. Acesso em 28 de julho de 2011.

\_\_\_\_\_. *Una pedagogía de la comunicación*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/6881539/Mario-Kaplun-Una-Pedagogia-de-la-comunicacion>>. Acesso em: 31 de outubro de 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Desafios Culturais da Comunicação à Educação. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs.) *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

LOCATELLI, Cleomar; ARAÚJO, Edna Reis Costa; TEIXEIRA, Francisco Martins (Orgs.). *Sistematização das práticas educativas no período de 1990 a 1998*. Santarém: MEB, 1998.

PORTAL DA CIDADANIA – GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/baixoamazonaspa/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/baixoamazonaspa/one-community?page_num=0)>. Acesso em 3 de julho de 2011.

RÁDIO RURAL DE SANTARÉM. Histórico, 2001.

RODRIGUES, Antonio Carlos. Educação Popular: Histórico e concepções teóricas. In: MELLO, Marco (Org.). *Paulo Freire e a Educação Popular: reafirmando o compromisso com a emancipação das classes populares*. Porto Alegre: Ippoa; Atempa, 2008.

SARTORI, Ademilde Silveira. Educomunicação e sua relação com a escola: a promoção de ecossistemas comunicativos e a aprendizagem distraída. In: *Comunicação, Mídia e Consumo/Escola Superior de Propaganda e Marketing*. V. 7, n. 19 (julho de 2010). São Paulo: ESPM, 2010.

SARTORI, Ademilde; SOARES, Maria Salete. Concepção dialógica e as NTIC: a educomunicação e os ecossistemas comunicativos. 2002. Disponível em: <[www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/86.pdf](http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/86.pdf)>. Acesso em: 2 de junho de 2011.

SILVA, Arinalda Freitas da; LOCATELLI, Cleomar. *O papel educativo da Rádio Emissora de Educação Rural de Santarém no período militar – de 1964 a 1974*. Trabalho de Conclusão de Curso. Santarém: UFPA, 1997.